

18° Congresso Brasileiro de Sociologia
26 a 29 de julho de 2017, Brasília (DF)

GT 29 – Governo, subjetividades e gestão de populações: mudanças e perspectivas nas periferias

Disputas e negociações em projetos sociais: a construção de hegemonia a partir de uma gramática social para as juventudes da periferia

Lídice de Barros Guerreiro¹
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

1. Introdução

A última década do século XX, diante das crises decorrentes da financeirização da economia mundial, colocou os países periféricos da economia mundializada diante da necessidade de ajustes no modelo de desenvolvimento. São os ajustes superestruturais de dimensões culturais e sociais que se complementarão aos ajustes econômicos em curso neste modelo (Motta, 2008). Tais ajustes são considerados como um “novo” conjunto de respostas, com uma funcionalidade determinada pelas demandas de uma economia flexível, em que informação, criatividade e novas sociabilidades são considerados ativos centrais para o desenvolvimento econômico, principalmente o local.

Nos países periféricos, esses ajustes de dimensões culturais e sociais envolvem discursos em torno das categorias, polissêmicas, de desenvolvimento local (Oliveira, 2001), de inovação, de representações, de sociedade civil, por exemplo, mas redimensionados a partir de categorias neoliberais de harmonia social, não-conflito e coesão social (Motta, 2008). Essa perspectiva concretiza-se sob modernos mecanismos de mobilização e ações locais supostamente permeados por uma horizontalidade na organização de redes de comunicação, de informação e de participação, incluindo um significativo papel das corporações no ramo das comunicações e seus artefatos materiais.

Dentro desta perspectiva, a pobreza vem se tornando o foco de políticas públicas, cujas orientações para administrá-la ou diminuí-la têm origem em documentos de agências multilaterais – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), Organizações das Nações Unidas para a educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Banco Mundial (BIRD), Fundo Monetário Internacional (FMI) –, não apenas sob forma de financiamento, mas fundamentação teórica (Motta, 2012).

Para que as orientações e as formulações, assim como as formas de financiamento às populações atendidas sob o formato de política pública ou de projetos focalizados, é formado um circuito ou uma complexa e heterogênea rede de fundações e organizações. São intermediárias que atuam em áreas distintas e em diversos países. Exercem a função de orientar outro conjunto de instituições, fundações e organizações locais que por sua vez gerenciam o

financiamento e as orientações para as organizações da sociedade civil que promoverão os projetos. Esse fenômeno não é novo (Dreifuss, 1989), mas a partir da década de 1980 se reorganiza e na década de 1990 assistimos ao crescimento numérico desses dois últimos grupos de organizações (Gros, 2003), sob o nome de Terceiro Setor² e que pode ser identificada como uma nova tendência do meio empresarial para (re)organizar-se politicamente.

Nesse circuito alguns institutos e organizações atuam como *think tanks* ideológicos difundindo valores e produzindo conhecimentos no campo econômico, político, social e cultural sobre temas que podem ser objeto de políticas públicas³ e novas práticas no campo das intervenções sociais.

A investigação⁴ analisa os usos discursivos de conceitos para compreender dinâmicas no campo das políticas públicas focalizadas nas juventudes moradoras de favelas e periferias desenvolvidas por organizações da sociedade civil. A cultura do empreendedorismo mediada por organizações sociais locais vêm se efetivando, assim como, pressões por ações que democratizem o fazer político na arena pública. Entretanto, a articulação dos projetos às redes de *think tanks* e sua produção discursiva evidencia orientações para e pelo mercado.

Os conceitos selecionados pela pesquisa são: *território*, *empoderamento* e *protagonismo*. Alguns de seus usos são apresentados ao longo no texto na tentativa de mapear a constituição de um repertório comum, que possibilita que

² O primeiro setor seria o Estado, o segundo setor o mercado e o terceiro setor seria a sociedade civil.

³ O Instituto Millenium, organização da sociedade civil de interesse público, importante *think tank* cujos mantenedores são Gerdau, Pottencial Seguradora, Suzano, Grupo Abril, Évora Holding Company e Bank of America Merrill Lynch, considera que “a potencialidade de um *think tank* se mede tanto pela pluralidade de seus membros como pela força de suas capacidades para repensar, em comum e sem preconceitos, os temas da agenda política do país e do mundo. Os membros de um *think tank* podem e devem ter orientações claras a favor dos principais valores civilizatórios de nossa cultura – democracia, liberdade, estado de direito, economia de mercado, justiça social e ambiental etc. –, mas o que não podem é agir como militantes cegos de supostos interesses universais. Mesmo quando tendo algumas verdades para dizer, a atitude militante leva à implosão da capacidade criativa, – tal como já aconteceu com os mais importantes ONGs sociais e “*think tanks*” políticos no Brasil dos anos 80 e 90. Todos os cidadãos podem ter apostas políticas pessoais, mas a exigência de colocar por cima de suas crenças e interesses à liberdade e à pluralidade de ideias é o que o define, essencialmente, um indivíduo como membro de um *think tank*. Sem um espírito cívico maior como guia, os *think tanks* não conseguiriam oferecer seus esforços para a comunidade em seu conjunto, independentemente dos partidos e da ideologia que estivessem no poder e na oposição. Os *think tanks* são instituições seculares por natureza, elas não podem conviver, nem com a militância, nem com o fundamentalismo” (Disponível em <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/o-que-significa-um-think-tank-no-brasil-de-hoje/>).

⁴ O presente texto é um recorte da pesquisa de doutoramento ainda em andamento.

essa gramática “cole” e tenha uma “adesão” a processos de formação junto à juventude de um *ethos* do trabalho funcional ao empreendedorismo periférico, caracterizado pela retirada de direitos sociais e trabalhistas.

2. Empreendedorismo, precarização e a construção de novos sentidos para o trabalho

Ao longo das duas últimas décadas são inúmeras as ações e iniciativas oriundas da chamada sociedade civil. Comumente identificada com ONGs, coletivos, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), muitas vezes denominado Terceiro Setor, tais ações intensificam-se e ganham visibilidades no período de redemocratização. (Montaño; Duriguetto, 2011)

Se esses novos protagonismos representam formatos inovadores do fazer político, outro ator social não tão novo assim, as agências de fomento internacionais e fundações e uma rede formada por organizações de apoio⁵ e *think tanks* – Fundação Ford, Sebrae, Rede Gife⁶, Instituto Millenium, Icco Cooperation⁷, entre outros – vêm se destacando como fundamental para que esses protagonismos tenham visibilidade e possam atuar no sentido de forjar um conjunto de ações que, de formas variadas, orientam pautas para as políticas sociais.

Na primeira década do século XXI, é possível perceber que categorias como diversidade, identidade e criatividade começam a adquirir contornos que permitem relacioná-las às capacidades ditas empreendedoras e estimuladas pela crescente terceirização da economia e pela capilarização dos *think tanks* junto às diversas organizações sociais na cidade do Rio de Janeiro. Considerados ativos importantes para o êxito econômico, essas categorias possibilitarão desdobramentos e a ressignificação de conceitos como território, empoderamento e protagonismo, pois tais conceitos associados às características da acumulação flexível do capital tornam-se imprescindíveis.

⁵ Por exemplo, a Rede GIFE que “reúne 129 associados que, somados, investem por volta de R\$ 3 bilhões por ano na área social, operando projetos próprios ou viabilizando os de terceiros. [Sua missão é] aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum.” (Disponível em <http://gife.org.br/quem-somos-gife/>.) Acesso em 3 set. 2016.

⁶ Gife – Grupo de Institutos Fundações e Empresas (<http://gife.org.br/quem-somos-gife/>).

⁷ <https://www.icco-cooperation.org/nl/>.

Contratar tendo em vista a diversidade não é mais uma obrigação legal, mas uma questão de sobrevivência econômica, pois a criatividade vem em todas as cores, gêneros e preferências pessoais. Horários, regras e códigos de vestimenta foram flexibilizados para atender o processo criativo. A criatividade deve ser promovida de diversas formas pelos empregadores, pelos próprios indivíduos criativos e pelas comunidades onde vivem. Não é de se espantar que o éthos criativo transponha o mundo do trabalho e penetre em todas as esferas da vida. (FLORIDA, 2011, p.6)

Categorias como “fazedor”, “*makers*”, “carreira hifenada”, “empresário de si mesmo” são algumas das novas formas de referência ao acúmulo de ocupações de parcela da juventude da cidade do Rio de Janeiro. A diminuição do trabalho formalizado dá lugar a uma diversidade de relações de trabalho terceirizadas, “cooperativadas”, “empreendedoras”, “voluntárias” entre outras.

O campo ocupação, sempre requisitado em fichas de hotel, ficou pequeno para o fazedor. Evolução desapegada do empreendedor, com forte influência da cultura maker, o novo jovem carioca tem carreira hifenada. Pode ser palestrante-escritor-músico-produtor-pesquisador-articulador de territórios. Ou dançarina-produtora-pesquisadora-assistente social-relações públicas-performer.[...] (O Globo, 13/3/2017)

No campo que envolve as ações do Estado e a execução de políticas públicas junto às juventudes de territórios favelizados, as parcerias criam um “mercado” dos projetos sociais. Nesse “mercado” há diversas disputas e sujeitos dentre as quais podemos destacar disputas por formas de representação e criação de novas territorialidades; por recursos e verbas privadas e públicas; por políticas sociais e seus sentidos pedagógicos porque envolvem formas diferenciadas de entendimento das questões sociais e suas determinações. Para algumas organizações sociais, as questões sociais são estruturais do modo de produção capitalista, para outros conjunturais e para outros reprodutoras e naturalizadoras das desigualdades sociais.

No final da década de 1990, a crescente concentração da riqueza e os impactos da globalização sobre as cidades e suas populações demonstram que a desregulamentação das economias, sob o império do livre mercado e sua face no capitalismo periférico, promoveu aumento da pobreza, desigualdades na apropriação dos recursos naturais, desemprego estrutural e conseqüentemente aumento das demandas por direitos sociais e trabalhistas.

Os argumentos em torno da suposta ineficiência do Estado e suas políticas públicas criaram discursos legitimadores para uma maior participação

da sociedade civil. Paralelamente aos aparelhos de coerção do Estado, a atuação da sociedade civil (Portelli, 1977), através dos aparelhos privados de hegemonia – os *think tanks* – na direção ideológica, se alterna produzindo consensos em torno das formas de entendimento e atendimento das questões sociais. A hegemonia da classe dirigente e seus intelectuais se realiza quando a sociedade civil prima sobre a sociedade política. Ao buscar exercer a direção, com base de classe, os *think tanks* produzem uma gramática cuja finalidade é orientar o entendimento das questões sociais com potencialidade para desarticular leituras de mundo ancoradas numa perspectiva de classes, que deem conta dos antagonismos, e conseqüentemente possa ser contra hegemônica.

A combinação de coerção e consenso permite que a atuação do aparelho de Estado tenha uma face educadora dos conflitos sociais. A leitura liberal de sociedade civil, que concebe esta como esfera autônoma (Montaño; Duriguetto, 2011), encobrendo seu caráter de classe, é funcional para a difusão do *ethos* empreendedor e sua conseqüente universalização para esfera pública “ampliada” (Coutinho, 1996) mediada por intelectuais e organizações sociais financiados por institutos e fundos filantrópicos privados.

Essas parcerias vêm sendo, na atualidade, responsáveis por uma gama de ações voltadas para a promoção do empreendedorismo como ideologia⁸, cuja funcionalidade é estruturante para as novas bases do capitalismo flexível e competitivo, que não pode prescindir de um mínimo de coesão social para sua expansão. A via ideal para por em circulação o ideário acerca das vantagens do empreendedorismo são os projetos (Rocha, 2015) desenvolvidos junto à parcela da população prestes a entrar no processo produtivo – as juventudes das periferias e favelas – cujo objetivo é desenvolver competências para a empregabilidade, seja de forma subalterna, seja com um viés empreendedor.

Da mesma forma que esses inúmeros projetos podem criar possibilidades de leituras e práticas que empoderam e autonomizam sujeitos

⁸ Uma das conseqüências da difusão e da aceitação do empreendedorismo como ideologia é ser percebido como dotado de uma “estrutura objetiva do discurso racional” correspondente ao real e na mesma medida cria um embaralhamento que, no campo das intervenções sociais, promove certo distanciamento e possibilidades de questionamento do: “quanto se pode considerar questionável; de que ponto de vista; e com que finalidade” (MÉSZÁROS, 1996, p. 16). Não é possível afirmar que o empreendedorismo está sendo imposto sobre determinadas populações, mas sim, que atende “[...] a funções de legitimação, mistificação e dominação de classe [...]” (Kellner, 2001, p. 78).

subalternizados para a criação de condições de enfrentamento das desigualdades sociais, um olhar mais analítico sobre os objetivos e as categorias utilizadas por um conjunto de sujeitos que atuam e mediam ações locais, permite realizar um recorte acerca de um *modus operandi* que vem redimensionando as formas de atuação da sociedade civil de um modo mais amplo. Essa forma de atuação, fortemente marcada por uma orientação das agências de fomento e grupos econômicos, cria condições para que jovens da cidade do Rio de Janeiro se profissionalizem em diversas áreas - da cultura às tecnologias sociais. A produção de leituras sobre o real a partir da construção de uma gramática acionada pelos projetos sociais e seus intelectuais, e seus enraizamentos nos territórios, representam um potencial capaz de interferir nas formulações de políticas públicas e pautar a agenda governamental, no sentido de produzir de ações que possuam impactos significativos sobre as populações de determinados territórios no sentido de orientar para as novas ocupações voltadas para a economia criativa.

3. Território, protagonismo e empoderamento na gramática social

As modalidades de incorporação de demandas populares pelas agendas das frações da classe burguesa não são realizadas sem estratégias, negociações, tensões que possibilitam que brechas, ressignificações e propostas alternativas sejam transformadas em políticas públicas e sociais com capacidade para trabalhar as contradições do sistema ou para reproduzi-las.

Nesse sentido, palavras polissêmicas como *território*, *protagonismo* e *empoderamento* passam a ser acionadas pelos movimentos sociais, coletivos e organizações sociais. Tais conceitos são percebidos como “novas” formas de fazer política e produzir novas sociabilidades (Alvarez; Dagnino; Escobar, 2000) consideradas como mais adequadas às formas contemporâneas de produção do território e decorrentes de novas subjetividades produzidas pelo capitalismo flexível. (Alves, 2011)

Essa gramática é formada por um conjunto discursivo que representa um esforço conceitual que se espalha entre práticas, narrativas e produções escritas, cuja genealogia é reveladora das disputas, das estratégias e das negociações objetivando legitimar ações, práticas e políticas sociais não apenas estatais, mas a partir de uma pluralidade de atores sociais: produtores

culturais populares, governos locais, lideranças comunitárias, empresas e bancos, organizações da sociedade civil, organismos multilaterais de fomento e intelectuais. Esses atores realizam alianças e atuam em parcerias, com maior ou menor autonomia em relação aos objetivos dos financiamentos das agências de fomento, da mesma forma que disputam e negociam os sentidos de suas práticas, seja no campo social, cultural e/ou político, cujos efeitos podem orbitar em torno da formação de consensos, da crítica social e/ou do atendimento de demandas emergenciais, entre outros.

Em relação às favelas no Rio de Janeiro há uma questão central que são as imagens e representações construídas e associadas ao conceito de pobreza. Essa multiplicidade de discursos, cujas dimensões vão da perspectiva sanitária, jurídica à dimensão política e econômica, mobilizou saberes na direção da criação de um tipo ideal acerca de um dos fenômenos para se pensar as formas de desigualdades sociais: as favelas.

Deslocar o lugar da favela do imaginário das ausências para territórios de intervenção (Valladares, 2005) e de possibilidades representa um esforço no plano discursivo de reorientar as práticas e as ações no sentido de “reconstruir” direitos sob novas formas de diálogos entre o Estado e populações. Com destaque para as três últimas décadas marcadas por um aporte significativo da presença das organizações da sociedade civil como importante ator não apenas no assessoramento das lutas populares, mas em certos casos desempenhando o papel de executores de políticas públicas.

Novos arranjos e parcerias entre organizações sociais possuem como importante desdobramento uma perspectiva não homogeneizadora das favelas. Isso significa construir novas representações sobre as favelas.

Nesse sentido, o esforço de conceituação do fenômeno favela não faz parte de um deleite acadêmico (abstrato), mas um esforço intelectual político. Portanto, as favelas reclamam uma teoria social que configura novas percepções sobre o território e os sujeitos socialmente nele inscritos. (Barbosa, 2007)

Nesse processo de visibilidade de sujeitos subalternizados, novas perspectivas sobre o território são acionadas e, da mesma forma, outros lugares são ocupados na busca por modos de inserção não precarizantes sob os signos de novas significações sobre os territórios, sobre protagonismo e sobre empoderamentos.

O território e as ações locais têm um valor estratégico para as economias e os processos de circulação de mercadorias, incluindo serviços. Tornar os territórios populares centros de produção, difusão e inovação cultural, e as juventudes atores e autores de práticas, ou seja, protagonistas, possui uma dimensão mobilizadora, mas também portadora de ambiguidades no que se refere aos sentidos divergentes do que seja uma cidade mais justa, das formas da política de investimentos e das formas de apropriação política dos equipamentos culturais.

O discurso que se propõe a celebrar as diferenças promovendo “experiências estéticas inovadoras”, ações no sentido de “valorizar encontros entre diferentes sujeitos sociais” e “afirmar direitos” vagueia no emaranhado de sentidos políticos que são atribuídos e disputados, por exemplo, em torno do que é investimento público e estatal no campo da cultura e dos direitos. A proposta de desconstruções de hierarquizações que historicamente marcaram o campo das culturas, e das formas de reprodução das desigualdades, nos remete à necessidade de “construir ações que reconheçam essa situação e que procurem, em alguma medida, atuar a partir dela.” (Barbosa, Dias, 2013, p. 195).

É recorrente o uso de marcadores formativos temporais junto aos jovens participantes dos projetos, no sentido de evidenciar as mudanças ocorridas após a inserção nos projetos. Essa dinâmica é operada pela metodologia da Agência Redes para Juventude⁹. O coordenador pergunta no primeiro encontro do programa “quem é o jovem que mora na favela?”, e destaca uma das respostas de um jovem: “É um cara que não quer nada”. A mesma pergunta é realizada no final do programa pelo mesmo coordenador e a resposta é: “O jovem que mora na favela é um curioso”.

Entre uma resposta e outra passaram-se nove meses. O suficiente para “o cara que não quer nada” parir “um curioso”. Neste período, o que aconteceu não foi um curso, uma oficina, uma lavagem cerebral ou um milagre. Nada disso. Nestes nove meses, Wallace reinventou um espaço-tempo para si mesmo. Dentro da sua cidade, o Rio de Janeiro. (Agência Redes para Juventude, p.18)

A aposta na circulação pelos territórios é uma marca das duas metodologias citadas. Ela se realiza através da promoção de encontros entre jovens de diferentes favelas, da construção de intervenções e de eventos em

⁹Sobre metodologia da utilizada pela Agência de Redes para Juventude ver http://agenciarj.org/wp-content/uploads/2013/04/cata%CC%81logo_age%CC%82ncia-final.pdf.

diferentes espaços da cidade, em que o desenvolvimento de uma “vontade de ação” e de ocupação engendraria “outras formas de operacionalização” para além do mercado formal, articulando, assim, ações no campo da cultura. (Vieira, 2013)

Tal estratégia de incentivo a formas de posituação dos territórios populares possui várias interpretações, dentre elas, a que representa a construção de um regime discursivo (Velazco, Tommasi, 2013) como elemento central para promoção de uma nova imagem da cidade mercantilizada e com possibilidades de produção de valor através do capital humano com atributos de “fazedor” como um ativo imprescindível dessa lógica. Daí a promoção de uma gramática e “novas” representações que se afirmam relacionais em contraposição à ideia de uma cidade “partida”, com territórios de “exclusão”, de relações “ilegais” e “marginais”.

A palavra empoderamento – *empowerment*¹⁰ – foi inserida na agenda das políticas públicas focalizadas no período de transição democrática¹¹ e é hoje considerado por certos setores um senso comum que muitas vezes prescinde de definições e é percebido como um dado, sem maiores análises. É um conceito com traços polissêmicos e encontra-se presente na

agenda política de diferentes atores e instituições, como governos, empresas e organizações da sociedade civil. Agências e bancos internacionais de desenvolvimento. Como praticamente todo tema emergente, o empoderamento gradativamente transforma-se numa moda intelectual, frequentando discursos de atores de orientações políticas e identidades culturais por vezes díspares e prestando-se a múltiplos usos. Pode-se falar, então, numa utilização polissêmica e indiscriminada do conceito ao sabor de quem o emprega conforme suas intenções e posição no espectro político-ideológico. (Horochovski, 2006, p. 2)

A categoria empoderamento vem sendo acionada principalmente em decorrência de leituras e interpretações produzidas sobre as novas formas de lutas que crescentemente vêm destacando os aspectos identitários a partir do recorte de gênero, étnico-racial, geracional, territorial entre outros, encobrando

¹⁰De acordo com Valoura (2005), a origem inglesa da palavra possui significados como “autorizar”, “permitir”, “dar poder a alguém para realizar uma tarefa sem precisar da permissão de outras pessoas”, mas também “promover autorealização ou influência de” e por isso permite diversas apropriações do termo. https://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e.../empowerment_por_paulo_freire.pdf.

¹¹50 Anos de Mudanças na América Latina – Ford Foundation. Disponível em <https://www.fordfoundation.org/the-latest/ford-live-events/50-anos-de-mudancas-na-america-latina/>.

as referências às classes sociais apesar de muitas análises se pautarem na existência de um sujeito coletivo. É justamente nas formas diferenciadas de operar o conceito de identidade que o descentramento de perspectiva de classe se desdobra. No entanto, esta não apenas é diluída, como muitas vezes, desaparece das análises para gerar novas centralidades ou até mesmo para substancializar sujeitos e grupos como vulneráveis, por exemplo, para em seguida “empoderá-los”.

Valoura (2005) analisa o uso desse conceito por Paulo Freire em que este promove um deslocamento analítico. Não é acionado numa perspectiva da “doação ou transferência por benevolência [...] e que transforma o sujeito em objeto passivo”, e também não é um movimento de fora para dentro, mas um movimento interno, pela conquista (Valoura, 2005). Dessa forma, empoderamento, não se refere à simples construção de habilidades e competências preconizadas pelo outro, mas tem seu foco na transformação cultural e não nas formas modernas de “adaptação social”.

Inicialmente associado ao conceito de desenvolvimento, na década de 1970, e suas especificidades para os países periféricos, o conceito passa, na década de 1990, a ser apropriado pelo discurso neoliberal na busca pelos ajustes necessários aos novos padrões de acumulação flexíveis. Para tanto, é preciso voltar os esforços no sentido de promoção de políticas públicas que garantam um ativo importante que é a governança e ver como se articula às formas de entendimento da concepção de pobreza. Tão importante quanto a sua definição, são as suas funcionalidades para o terceiro setor, que estão associadas aos processos de legitimação das organizações e das suas práticas, tendo como critérios principais a profissionalização, a eficiência e a sustentabilidade financeira das mesmas (Gife, 2016).

De acordo com técnicos do Banco Mundial,

a governança consiste no que pode ser feito em matéria de reforma institucional para alcançar melhorias nas quatro áreas seguintes: atribuição de poder aos pobres; aumento da capacidade dos pobres mediante a melhoria de serviços básicos; oportunidades econômicas mediante maior acesso aos mercados; segurança contra choque econômicos e contra a corrupção, o crime e a violência. (Holmes; Knack; Manning; Messick; Rinne, 2017)

Tal forma de apropriação do conceito reforça uma dimensão instrumental e metodológica decorrente de um processo de despolitização, mas que, nos últimos anos, ao ser reapropriado por instituições da sociedade civil,

ganha novos contornos por introduzir uma “abordagem baseada em direitos, a qual tem sua origem na luta pelo reconhecimento e promoção do conjunto de direitos humanos (civis, políticos, econômicos, culturais, etc.)” (Romano, Antunes, 2002, p.5). O papel desempenhado pelas organizações da sociedade civil na mediação e nas formas de apropriação de conceitos possui uma dimensão significativa, principalmente, quando analisamos a produção de sentidos realizada por organizações que não realizam um trabalho na ponta ou na extremidade dos processos de intervenção, ou seja, não atuam na execução junto ao público alvo, mas sim, realizam uma operação intermediária de fornecer os sentidos, as formas de entendimento da questão social, momento este que precede o atendimento, a execução das várias formas de intervenção.

Uma das organizações que atua de forma intermediária é a ActionAid. Essa *think tanks* relaciona pobreza e empoderamento da seguinte forma:

[...] considera que para superar a pobreza se faz necessário promover a construção de um projeto crítico e alternativo de desenvolvimento fundado no empoderamento dos pobres e de seus representantes e aliados.

O empoderamento dos pobres e das comunidades viria a ocorrer pela conquista plena dos direitos de cidadania. Ou seja, da capacidade de um ator, individual ou coletivo, usar seus recursos econômicos, sociais, políticos e culturais para atuar com responsabilidade no espaço público na defesa de seus direitos, influenciando as ações do Estado na distribuição dos serviços e recursos públicos. (Romano, Antunes, 2002, p.6)

Os autores destacam o papel dos principais “agentes da transformação do Estado num instrumento de erradicação da pobreza” que são os “movimentos sociais e as organizações populares”. No entanto, ressaltam a necessidade de “suporte” que significa a parceria com “ONGs e suas redes” (*idem*, p. 6).

Romano e Antunes (2002) sinalizam que o conceito de empoderamento assume diversas abordagens quando se refere ao combate à pobreza: *transformismo*, “*empoderamento sem poder*”, “*empoderamento neutro e sem conflitos*”, “*empoderamento como dádiva*”, “*empoderamento como uma técnica que se aprende em cursos (ou a pedagogização e a tecnicização do empoderamento)*”, e “*a superpolitização e a atomização do empoderamento*”.

Utilizando as concepções do indiano Amartya Sen¹², Romano e Antunes (2002) afirmam que

a abordagem de empoderamento implica no desenvolvimento das capacidades (*capabilities*) das pessoas pobres e excluídas e de suas organizações para transformar as relações de poder que limitam o acesso e as relações em geral com o Estado, o mercado e a sociedade civil. Assim, através do empoderamento visa-se a que essas pessoas pobres e excluídas venham a superar as principais fontes de privação das liberdades, possam construir e escolher novas opções, possam implementar suas escolhas e se beneficiar delas. As capacidades (*capabilities*) são poderes para fazer ou deixar de fazer coisas. Assim, o conceito de capacidades não significa só as habilidades (*abilities*) das pessoas, mas também as oportunidades reais que as pessoas têm de fazer o que querem fazer (Romano, Antunes, 2002, p. 18).

Empoderamento, além de ser um conceito polissêmico, é também dotado de ambiguidades que criam possibilidades para diferentes usos. A ideia de *capacidades a serem desenvolvidas* (Jovchelovitch, 2013) nos dá a dimensão de seu potencial associado aos processos de formação humana, de saberes, de formação de habilidades. O conceito assume formas que procuram fixar certos sentidos para que o mesmo possa ser operacionalizado, e até mesmo verificado empiricamente diante do seu processo de institucionalização decorrente de sua apropriação por agências de fomento e organizações da sociedade civil. Sua funcionalidade opera como importante ativo na busca de legitimidade e sustentabilidade de atores sociais, não apenas entre para as organizações sociais que executam os projetos, mas para as organizações e institutos que funcionam no circuito intermediário.

No terreno da mediação, esses sentidos são construídos, evidenciando que os usos dos conceitos formadores dessa gramática social conformam entendimentos sobre a luta política, ou seja, seu caráter epistemológico, e a construção de identificações dos sujeitos dessa luta. Por exemplo, o grupo cultural Afroreggae e a Cufa.

Esses grupos são, em princípio, como diria Sílvia Ramos, objetos indomáveis. E por quê? Porque eles não nasceram como os outros, eles vêm da base, eles vêm da favela, eles precisam aprender a se organizar. Eles têm um desafio, que é aprender a se organizar; eles precisam da ajuda de instituições como a UNESCO, que tem, no seu discurso, no jargão profissional, o *capacity building and empowerment* [desenvolvimento de capacidades e empoderamento], só que, antes

¹² Escritor e economista indiano e vencedor do Prêmio Nobel em 1998. Disponível em http://www.amartya.org.ar/index.php?option=com_content&view=article&id=136&Itemid=182.

de aprisioná-los dentro das nossas regras, eles precisam de tempo.
(Jovchelovitch, 2013, p.164-165)

A citação acima é de um membro que fala em nome da Unesco, importante parceira de organizações da sociedade civil que atuam no Rio de Janeiro, e sinaliza como entende o dilema. O uso do termo “ajuda” coloca a questão de quem é sujeito e de quem é o objeto do empoderamento, portanto, quem fornece os contornos dessa relação de poder. “Existe um sujeito do empoderamento, que atribui ‘mais poder’ ao objeto do empoderamento” (Acselrad, Campelo, Bezerra, 2006, p. 66).

Os “objetos” do empoderamento – mulheres, negros, jovens, pobres, populações tradicionais, jovens – são acionados de formas diferenciadas. A atribuição de “mais poder” é gerenciada a partir de dimensões subjetivas e coletivas. As “sociabilidades subterrâneas” sinalizam que o desenvolvimento de potências individuais e “[...] capacidades para a ação criativa e para a resiliência são construídas nas trajetórias de vida”. As identidades que acionam dimensões coletivas e de pertencimento – “favelado”, juventude negra, mulher jovem, trabalhador – também são ressignificadas a partir dos sentidos construídos para o empoderamento e se desdobram em ações que visam à produção de narrativas não hegemônicas que acionam tais identidades, ou identificações sugeridas pelas organizações. Para tanto, no campo de atuação das organizações sociais, há significativos investimentos para dar visibilidade a novos dados socioeconômicos, promover o acesso a novas formas de comunicação¹³, produção e difusão de informação¹⁴, e fomentar capacidades, habilidades e competências para que outros sujeitos, além do poder público e do mercado, intervenham na produção de uma agenda de direitos nos campos da cultura, das atividades econômicas e, principalmente, dos direitos fundamentais de primeira geração, como o direito à vida.

¹³Por exemplo, a iniciativa da organização Observatório de Favelas e a Fundação Ford na produção de dados sistematizados visando “investigar empiricamente como funcionam as iniciativas de comunicação popular; qual é o lugar da agenda antirracista para essas; e, de outro lado, como organizações comprometidas com a promoção da igualdade racial têm utilizado estratégias e ferramentas de comunicação em suas práticas ativistas. A pesquisa faz parte de um projeto mais amplo que tem como objetivos produzir e difundir conhecimento sobre democratização da comunicação, tomando a comunicação como direito fundamental para a superação do racismo; e contribuir para a construção de políticas públicas que aliem democratização da comunicação e enfrentamento do racismo”. Disponível em http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2014/08/Publica%C3%A7%C3%A3o_Justi%C3%A7a-Racial_VersaoDigital.pdf.

¹⁴Laboratório de Dados do Observatório de Favelas. Disponível em <http://of.org.br/noticias-analises/laboratorio-de-dados-seleciona-jovens-criativos/>.

O conceito de protagonismo adquire crescentemente o papel estratégico nas políticas públicas e é um dos eixos centrais de projetos desenvolvidos por ONGs, organizações sociais de interesse público e agências de fomento. No entanto, vem sendo operado com o sentido prescritivo, nomeando a juventude que se encontra em condição de pobreza e prescrevendo modos de ser e de agir.

Há investimentos teórico-metodológicos em dimensionar a forma de participação: ser protagonista é *fazer* coisas e negociar interesses (Castro, Abramovay, Leon, 2007). Essa forma de nomear quem é o jovem¹⁵ e considerá-lo como um capital que precisa *adquirir* e *acumular* repertórios, alguns previamente definidos, e potencializar a capacidade de investimento em si mesmo, conhecimentos e habilidades para a vida e para o trabalho – capital humano – e de investimento em comportamentos voltados para relações de solidariedade, cooperação, valores cívicos e uma cidadania ativa amparada em “boas práticas” – capital social –, é central para as políticas nortadas pelo Banco Mundial.

Para Giovanni Alves (2011), a disseminação de valores como o empreendedorismo e capacidades para a empregabilidade são os pilares do “novo homem produtivo do capital” (Alves, 2011, p. 89) sob hegemonia social do toyotismo¹⁶.

Na medida em que o toyotismo é obrigado a se apropriar da participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador (Gramsci, 1984b), a “captura” da subjetividade do trabalho torna-se sua obsessão íntima, a partir da qual ele vai operar, por meio das inovações sociometabólicas, um duplo movimento hegemônico – incorporar valores da vida do trabalho na produção do capital (é a ideia de que *business* é vida) e estender valores-fetice da produção do capital na instância da reprodução social (a ideia de que vida é *business*) (Alves, 2011, pp. 100-101).

¹⁵ Para o Banco Mundial, juventude é: “uma fase de busca de identidade, *self*, o que não se confunde com ‘irracionalidade econômica’ (como se envolver em atividade de risco econômico); uma fase em que há forte influência dos pares; uma parcela que maneja um tipo de racionalidade em que o futuro não entra nos cálculos; uma parcela que não considera os efeitos de seus atos sobre os outros.” (*Idem*. p.26).

¹⁶ Para Giovanni Alves, “a acumulação flexível surge como estratégia corporativa que busca enfrentar as condições críticas do desenvolvimento capitalista na etapa da crise estrutural do capital caracterizada pela crise de sobreacumulação, mundialização e novo imperialismo. Constitui um novo ímpeto de expansão da produção de mercadorias e de vantagem comparativa na concorrência internacional que se acirra a partir de meados da década de 1960, compondo uma nova base tecnológica, organizacional e sociometabólica para a exploração da força de trabalho” (Alves, 2011, p.13).

4. Considerações finais

Ao acionar e disputar determinados sentidos, os conceitos de empoderamento, protagonismo e território fazem a mediação na construção de novas regulações sociais e sociabilidades decorrentes de novas identificações. Para Jorge Luiz Barbosa (2012), o uso do conceito de território é central para “conferir” pertencimentos e distinções quando se destaca a “dimensão territorial da cultura”. O movimento pensado pelo autor é de “encontro”, de “interseção”, de

mobilização das trocas como possibilidade de construção e afirmação de identidades. Assim, a identidade cultural firmada territorialmente não se refere exclusivamente à fixidez e à estabilidade de práticas, o que denotaria uma concepção pragmática, narcísica e homogeneizante da cultura (Barbosa, 2012, p. 153).

No entanto, a produção da diferença como motor da comercialização (Yúdice, 2004) coloca tal processo diante da problemática do “reenquadramento das identidades”. Um elemento que compõe o recorte desse tema nessa problemática é o que Yúdice (2004) descreve como flexibilidade na procura de parcerias para grupos e movimentos e suas políticas de reconhecimento. A produção de novas narrativas sobre a cidade atua sobre um conjunto de relações complexas. A “nova cidadania” construída no reconhecimento da diferença estabelece novas estratégias que corroboram com a perspectiva da cultura como esfera de lutas e negociações (Yúdice, 2004), mas também de formas de gerenciamento desses mesmos conflitos e de negociação das diferenças, ou até mesmo de articulação do arcaico com o moderno nos modos de conviver no território.

A conveniência da cultura pode ser aqui percebida como aposta para romper e superar “a não-articulação entre os atores urbanos que caracterizou a cidade latino-americana” (Castells, Borja, 1996, p.157). As reivindicações da diferença passam a ser operadas como condição para se ter legitimidade e sustentabilidade das intervenções.

Para Silva (2012), romper com representações hegemônicas cujas referências não correspondem às formas criativas com que “práticas [são] desenvolvidas em diferentes localidades a fim de melhorar a qualidade da vida cotidiana, independente de juízos que se possa fazer sobre algumas delas” (Silva, 2012, p. 54).

Os moradores estabelecem a delimitação dos espaços e dos vínculos sociais na comunidade, buscam canais alternativos para o acesso a instituições culturais e educacionais, desenvolvem formas sutis de enfrentamento à violência criminosa e policial – buscando uma equidistância em relação ao conflito estabelecido ou mesmo apelando, de acordo com a conveniência e compreensão de sua cidadania, para um dos polos do poder armado (Silva, 2012, p. 54).

Diante da crescente profissionalização, da institucionalização de formas de atuação e das reivindicações de direitos, permeada por diversos atores e instituições, o eixo norteador da cidadania cultural é a identidade e/ou desidentidade (Yúdice, 2014).

É a diferença que guia as concepções e práticas da “cidadania cultural”, por exemplo, as demandas de inclusão e participação em países específicos [...] através da “sociedade civil global” projetada nos discursos da ONGs e das fundações e organizações intergovernamentais [...] (Yúdice, 2014, p. 255).

Assim, é central articular a formação de uma gramática do social e reunir elementos que possibilitem caracterizar possíveis usos e os desdobramentos dos processos de interação, ou parcerias, que vêm dando ampla e considerável visibilidade às “**falas dos territórios**” (Barbosa, 2012, p. 155, grifos do autor).

A inclusão produtiva dos “pobres urbanos” (Leite, 2015) são processos realizados através de ações pontuais e programas denominados de qualificação de mão de obra, qualificação esta não apenas profissional, mas também socioemocionais, comportamentais. Para essa perspectiva, principalmente o jovem (Tommasi, 2013), necessita formar capacidades para atuar nas ações propostas para redução da pobreza e para a inclusão social.

A responsabilização individual pelas condições de subalternidade – material e sociopolítica – promove novos formatos de compreensão e ação sobre tal fenômeno criando uma gramática estruturante de formas de compreensão da pobreza, das condições de sua reprodução e dos modos de gerenciá-la, mas não combatê-la. O que está em jogo não são questões estruturais.

As possibilidades de inclusão e de alteração de “seu lugar nas margens” (Leite, 2015, p. 395) são organizadas a partir da perspectiva dos interesses do mercado, das empresas, “abrindo” os territórios aos negócios locais e corporativos. Importante destacar que “novos agenciamentos são realizados ‘de fora para dentro’ e estimulados para que se reproduzam ‘de dentro para fora’” (Leite, 2015, p. 395).

Dessa forma, essa articulação não representa uma nova relação entre centro e periferia, mas sim novos arranjos produtivos no sentido de dinamizar o processo de produção e circulação de mercadorias. Neste caso, a mercadoria chave é a cultura, entre outras categorias derivadas, que associada ao capital humano no seu sentido mais complexo, por processos de trabalho – material e imaterial –, vem sendo acionada como meio para tornar universais valores de classe – o novo *ethos* do empreendedorismo – mediados pela gramática social e suas possibilidades de “aderência” à lógica do processo de acumulação flexível do capital.

Referências

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **Cidade, ambiente e política: problematizando a Agenda 21 local**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

Agência de Redes para Juventude. Metodologia. Disponível em http://agenciarij.org/wp-content/uploads/2013/04/cata%CC%81logo_age%CC%82ncia-final.pdf. Acesso em 25 mar 2017.

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. – São Paulo: Boitempo, 2011.

BARBOSA, Jorge Luiz. *Em busca do fio de Ariadne*. 2007. Disponível em <http://of.org.br/acervo/em-busca-do-fio-de-ariadne/>. Acesso em 10 mar. 2017.

BARBOSA, Jorge Luiz; DIAS, Caio Gonçalves. **Solos Culturais**. – Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2013.

_____. *Território e cultura na metrópole*. In: BARBOSA, Jorge Luiz. *Território e cultura na metrópole*. In: O novo carioca. SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz; FAUSTINI, Marcus Vinícius. – Rio de Janeiro: Mórulo Editorial, 2012.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. *As cidades como atores políticos*. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 45, jul. 1996. Disponível em <http://novosestudos.uol.com.br/v1/contents/view/724>.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY Miriam; LEON, Alessandro de. *Juventude; tempo presente ou tempo futuro? Dilemas em propostas de políticas de juventudes*. – São Paulo: GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. – São Paulo: Cortez; 1996.

DREIFUSS, René Armand. **O jogo da direita. Na Nova República**. – Petrópolis: Vozes, 1989.

FLORIDA, Richard. **A ascensão da classe criativa e seu papel na transformação do trabalho, do lazer, da comunidade e do cotidiano.** – Rio de Janeiro; L&PM Editores, 2011.

Jornal O Globo. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/conheca-os-fazedores-que-estao-agitando-cena-criativa-no-rio-21037969>. Acesso em 31 mai. 2017.

Gife - Indicadores de governança: entenda por que sua organização não pode ficar fora dessa. Disponível em <http://gife.org.br/indicadores-de-governanca-entenda-por-que-sua-organizacao-nao-pode-ficar-fora-dessa/>. Acesso em 01 out. 2016.

GROS, Denise B. Organizações empresariais e ação política no Brasil a partir dos anos 80. *Civitas*, v.3, nº 2, jul.-dez. 2003, p.273-300. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/121/116>. Acesso em 23 abr. 2017.

HOLMES, M.; KNACK, S.; MANNING, N.; MESSICK, R.; RINNE, J. Governança e redução da pobreza, 2017. Disponível em <http://siteresources.worldbank.org/INTPRS1/Resources/383606-1205334112622/4768783-1205334135157/gov0118.pdf>.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. Empoderamento: definições e aplicações. 30º Encontro Anual da ANPOCS, 2006. Disponível em portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Sociabilidades subterrâneas: identidade, cultura e resistência em favelas do Rio de Janeiro.** Brasília: UNESCO, 2013.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno.** – Bauru, SP: EDUSC, 2001.

LANDIM, Leilah. “Experiência militante”: Histórias das assim chamadas ONGs. Disponível em <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/landim.pdf>. Acesso em 13 de jan. 2017.

LEITE, Márcia Pereira. De territórios da pobreza a territórios de negócios: dispositivos de gestão das favelas cariocas em contexto de “pacificação”. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia P. Leite; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra de Sá. (Orgs.). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes. Ordens e resistências.** – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, pp. 377-401.

MONTAÑO, Carlos, DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social.** -2. Ed.- São Paulo: Cortez, 2011.

MOTTA, Vânia C. “Capital Social”: solução para os males do capitalismo mundializado? Boletim Técnico do Senac. A Revista de Educação Profissionalizante, Rio de Janeiro, v. 34, n.2, maio/ago. 2008. Disponível em www.oei.es/pdf2/capital-social-vania-motta.pdf. Acesso em 30 mai. 2017.

MOTTA, Vania. (2012). *Ideologia do capital social. Atribuindo uma face mais humana ao capital.* – Rio de Janeiro: EdUERJ.

OLIVEIRA, Francisco de. “Aproximação a enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?”. São Paulo, Pólis; Programa Gestão pública e

Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40p. Disponível em <http://200.169.104.5/uploads/1144/1144.pdf>. Acesso em 23 abr. 2017.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. – Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

ROCHA, Lia de Mattos Rocha. O “repertório dos projetos sociais”: política, mercado e controle social nas favelas cariocas. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia P. Leite; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra de Sá. (Orgs.). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes. Ordens e resistências**. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015; pp. 319-341.

ROMANO, Jorge O., ANTUNES, Marta. **Empoderamento no combate à pobreza**. Act!onaid, 2002. Disponível em <http://187.45.205.122/Portals/0/Docs/empoderamento.pdf>.

SILVA, Jailson de Souza. Um espaço em busca de seu lugar. In: **O novo carioca**. SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz; FAUSTINI, Marcus Vinícius. – Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2012.

SOUZA, Regina Magalhães de. *Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz*. Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, 1 (1): 1-28, 2009. Disponível em <http://www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/02/Protagonismo-juvenil-o-discurso-da-juventude-sem-voz.pdf>. Acesso em 10 mar. 2017.

TOMMASI, Livia De. Tubarões e peixinhos: histórias de jovens protagonistas. Educação e Pesquisa, São Paulo, out, 2013.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: mito de origem a favela.com**. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VALOURA, Leila de Castro. Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo empoderamento, e seu sentido transformador, 2005. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/303912423_Paulo_Freire_o_educador_brasileiro_autor_do_termo_Empoderamento_em_seu_sentido_transformador.

VELAZCO, Dafne; TOMMASI, Livia De. A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 56, p. 15-42, jun. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901Xv0i56p15-42>.

VIEIRA, Gilberto. Por outra construção da produção cultural no Brasil: um olhar sobre a execução das intervenções do Solos Culturais nos territórios. BARBOSA, Jorge Luiz; DIAS, Caio Gonçalves. **Solos Culturais**. – Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2013, pp. 109-123.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. – Belo Horizonte: Editora UFMG; 2004.